**ANEXO II**

**LISTA DE VERIFICAÇÃO – TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS**

1. A lista de verificação representa os requisitos mínimos a serem analisados pela área técnica e não dispensa a necessidade de se verificar as peculiaridades do caso concreto para tratamento de questões as quais, pela sua especificidade, não poderiam ser abordadas em uma lista geral.
2. Recomenda-se a juntada da lista preenchida nos autos e a cientificação dos seus termos aos órgãos assessorados respectivos.
3. Na utilização da presente lista, deverá o servidor responsável analisar e verificar se eventual RESPOSTA NEGATIVA é causa para devolução do processo para complementação da instrução ou se pode ser objeto de ressalva.
4. Na 3ª coluna, preencher apenas com as letras “S”, “N”, “N.A.”, sendo: S – SIM, N – NÃO, N.A. – NÃO SE APLICA.

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DO ORGÃO/ENTIDADE DEMANDANTE**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **REQUISITOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS** | **“S”, “N”, “N.A.”** | **F.** |
|  | O contrato foi celebrado com base na Lei nº 8.666/1993? |  |  |
|  | Há previsão de prorrogação contratual no instrumento convocatório e/ou seus anexos, com fundamento no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/1993? |  |  |
|  | Foi apresentada justificativa promovendo o enquadramento do objeto como um serviço contínuo?*OBS: A caracterização do serviço como contínuo depende da demonstração de sua essencialidade e habitualidade para a Administração Pública. Nos termos dos Pareceres PGE/MS/PAA Nº 127/2021 (Decisão PGE/MS/GAB N. 364/2021) e PGE/MS/PAA Nº 040/2017 (Decisão PGE/MS/GAB N. 294/2017), a autoridade competente deverá demonstrar a essencialidade do serviço para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.* |  |  |
|  | O contrato ainda está vigente? |  |  |
|  | Os termos aditivos de prorrogação anteriores foram celebrados com o contrato vigente?*OBS: Deverão ser analisados todos os aditivos de prorrogação do prazo de vigência contratual e os respectivos extratos publicados, para verificar se não houve solução de continuidade, ou seja, a área técnica deverá analisar se os demais aditivos de prorrogação do prazo de vigência do contrato foram celebrados antes do término da vigência do contrato.* A *vigência do contrato deve ser ininterrupta desde sua celebração.* |  |  |
|  | Consta no processo administrativo extrato da publicação na Imprensa Oficial do contrato e de eventuais termos aditivos precedentes? |  |  |
|  | A prorrogação está limitada ao período total de sessenta meses?  |  |  |
|  | Caso o prazo de duração do termo aditivo seja diferente do prazo de vigência original do contrato, foi apresentada justificativa?*OBS: A regra é que o contrato seja prorrogado pelo mesmo período da vigência originalmente estabelecida. No entanto, excepcionalmente, é possível a prorrogação por prazo inferior ou superior ao da vigência original, competindo ao gestor público avaliar, diante das circunstâncias factuais presentes, a solução que melhor atende ao interesse público envolvido, desde que seja apresentada nos autos a motivação para a adoção de prazo diverso e que seja respeitado o prazo máximo total de 60 meses.* |  |  |
|  | A contagem do prazo de vigência do termo aditivo foi efetuada de data a data?*OBS: A título exemplificativo, se a vigência de 12 meses de um contrato administrativo iniciou em 31.05.2020, o seu termo final será 31.05.2021, podendo ser prorrogado até esta data, e assim sucessivamente, ou seja, 31.05.2022, 31.05.2023, 31.05.2024, até completar 60 meses, em 31.05.2025* |  |  |
|  | O gestor do contrato apresentou manifestação certificando que o objeto e escopo do contrato não serão alterados com a prorrogação contratual? |  |  |
|  | O fiscal do contrato apresentou relatório ou documento análogo comprovando que os serviços têm sido prestados adequadamente?*OBS: A manifestação do fiscal do contrato deverá ser devidamente justificada e motivada, abordando as especificidades da execução do serviço.* |  |  |
|  | Houve a comprovação de permanência de vantajosidade do contrato para a Administração Pública? |  |  |
|  | Para a comprovação da vantajosidade, caso o contrato seja COM dedicação exclusiva de mão de obra, foram cumpridos os requisitos previstos no art. 9º do Decreto nº 15.617/2021 para a dispensa de pesquisa de preços, tendo a autoridade competente apresentado manifestação demonstrando e comprovando que: | 1. O contrato contém previsão de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou em decorrência de lei?
 |  |  |
| 1. O contrato contém previsões de que os reajustes dos itens envolvendo insumos e materiais, com exceção daqueles previstos no item “a” (itens envolvendo folha de salários), serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE)?
 |  |  |
| 1. o órgão ou a entidade contratante realizou negociação contratual para a redução e/ou a eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no ano anterior de vigência do contrato?
 |  |  |
|  | Para a comprovação da vantajosidade, caso o contrato seja seja SEM dedicação exclusiva de mão de obra, foram cumpridos os requisitos previstos no art. 10º do Decreto nº 15.617/2021 para a dispensa da pesquisa de preços, tendo a autoridade competente: | 1. atestado que o índice de reajuste aplicável ao contrato acompanha a ordinária variação dos preços de mercado?
 |  |  |
| 1. apresentado justificativa de ordem econômica, administrativa ou outra pertinente, a ser indicada como elemento de vantagem legitimador da renovação contratual?
 |  |  |
|  | Caso não tenha ocorrido a dispensa de pesquisa de preços, nos termos do Decreto Estadual nº 15.617/2021, o gestor do contrato instruiu os autos com a respectiva pesquisa? *OBS: Se, no caso concreto, não forem atendidos os requisitos previstos no Decreto Estadual nº 15.617/2021 para a dispensa de pesquisa de preços, torna-se imprescindível a sua realização para a comprovação da vantajosidade da prorrogação.* |  |  |
|  | O gestor do contrato apresentou justificativa escrita devidamente motivada para a prorrogação contratual? (art. 57, 2º, da Lei nº 8.666/93)*OBS: A justificativa escrita deverá ser devidamente motivada e específica de acordo com o contexto fático-jurídico do caso concreto, contendo as razões de fato e de direito acerca do interesse público a ser alcançado por meio da prorrogação contratual. Não é cabível a apresentação de justificativas genéricas que não demonstrem o modo e a forma como o interesse público será atendido.* |  |  |
|  | O gestor do contrato consultou a contratada acerca do interesse na prorrogação e juntou a resposta aos autos? (art. 14, XVIII, “c”, do Decreto nº 15.530/2020) |  |  |
|  | A contratada manifestou expressamente o interesse na prorrogação contratual? |  |  |
|  | A anuência da contratada foi formalizada por seu representante legal, devidamente identificado e cujos poderes estejam comprovados por documentação apresentada ou já inserida nos autos do processo administrativo? |  |  |
|  | A Contratada manteve todos os requisitos de habilitação, conforme previsão no Termo de Referência e/ou no Edital, tendo o gestor do contrato promovido a juntada da documentação aos autos? (art. 14, XVIII, “e”, do Decreto nº 15.530/2020)*OBS: Não é necessária a juntada da documentação referente à habilitação técnica operacional e/ou profissional (art. 30, II).* |  |  |
|  | Toda a documentação referente à manutenção dos requisitos de habilitação e qualificação está válida e atualizada?*OBS: Compete à equipe técnica do órgão/entidade vistoriar e certificar o preenchimento dos requisitos de habilitação e qualificação quando ocorrer a assinatura do ajuste, como também averiguar a veracidade e autenticidade da documentação apresentada. Todas as certidões e documentos deverão estar válidos no dia da prorrogação.* |  |  |
|  | Consta nos autos certidão válida referente à Consulta Consolidada no Tribunal de Contas da União, demonstrando a ausência de eventuais penalidades, suspensões e/ou impedimentos?*OBS: A certidão pode ser obtida em “https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/”.* |  |  |
|  | Consta nos autos a certidão das sanções aplicadas pelo Estado de Mato Grosso do Sul, demonstrando a ausência de eventuais penalidades, suspensões e/ou impedimentos no âmbito do Estado?*OBS: A certidão pode ser obtida em “https://ww3.centraldecompras.ms.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/tabbasicas/FornecedoresSancionadosPageList.jsp?opcao=todos”.* |  |  |
|  | Consta nos autos a certidão em nome do sócio majoritário da Contratada no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNA), demonstrando a inexistência de sanções? |  |  |
|  | A autoridade competente indicou a existência de recursos orçamentários para cobrir as despesas referentes à prorrogação? |  |  |
|  | Consta nos autos documento demonstrando que há saldo contábil para a formalização do termo aditivo? |  |  |
|  | Consta nos autos documento comprovando a existência de prévio empenho que assegure o adimplemento das despesas referentes à prorrogação?*OBS: O ordenamento jurídico veda a realização de despesa sem prévio empenho (art. 60 da Lei nº 4.320/1964). Dessa forma, é imprescindível a existência de prévio empenho assegurando o adimplemento total das despesas referentes ao termo aditivo a ser formalizado.* |  |  |
|  | Caso tenha sido exigida garantia na celebração do contrato, houve a sua renovação no momento da prorrogação, por força do art. 56, §2º, da Lei nº 8.666/1993? *OBS: Nas hipóteses em que for exigida garantia contratual, bem como em que for necessária sua complementação para acompanhar o valor da contratação após a prorrogação, o órgão/entidade deve exigir a sua renovação e eventual reforço pela Contratada, fazendo constar expressamente no processo administrativo.* |  |  |
|  | Caso tenha ocorrido a renovação da garantia, a empresa seguradora foi devidamente cientificada acerca da prorrogação? |  |  |
|  | A autoridade competente autorizou expressamente a formalização da prorrogação contratual, com fundamento no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/1993? (art. 57, 2º, da Lei nº 8.666/93)*OBS: A definição da autoridade competente irá variar conforme o organograma e divisão de competências do órgão/entidade que promoveu a contratação.* |  |  |
|  | Foi adotada a minuta-padrão de termo aditivo de prorrogação aprovada pela PGE/MS?*OBS: Recomenda-se que a área técnica tenha a devida cautela no preenchimento da minua-padrão, devendo, entre outros aspectos: (i) verificar todos os dados e numerações do preâmbulo, como número do processo, nome dos representantes legais, endereços, documentos; (ii) efetuar a conferência das menções feitas no termo aditivo a outras cláusulas; (iii) certificar a qualificação da contratada, de acordo com seus últimos atos constitutivos, e a legitimidade do representante da pessoa jurídica para a assinatura do termo aditivo.* |  |  |
|  | Caso a contratada tenha apresentado pleito de reajuste tempestivamente (antes da prorrogação), foi prevista cláusula expressa no termo aditivo destacando que o pedido se encontra pendente de apreciação, não operando a preclusão? |  |  |
|  | Caso não tenha havido o pedido de reajuste tempestivamente (antes da prorrogação), foi prevista cláusula expressa informando a renúncia a esse direito? |  |  |
|  | Foi incluído/excluído/alterado algum elemento da minuta padronizada que demanda uma análise jurídica específica? |  |  |